

COP-21

O NOVO ACORDO DE CLIMA E A AGRICULTURA BRASILEIRA

RODRIGO C. A. LIMA

Gerente-geral da Agroicone Consultoria - rodrigo@agroicone.com.br

NO FINAL de 2015, ocorrerá a COP-21 – Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima –, em Paris. As negociações possuem um objetivo claro: aprovar um novo acordo ou protocolo que vincule todos os países ao combate à mudança do clima, seguindo a Convenção, o que deve envolver ações de mitigação, adaptação, desenvolvimento e transferência de tecnologias, capacitação e financiamento.

O maior desafio é como diferenciar os compromissos que os maiores emissores de gases do efeito estufa (GEEs) terão que assumir. Isso significa criar obrigações para os países desenvolvidos envolvendo China, Brasil, Índia, África do Sul, dentre outros.

O Brasil é um país central. Em paralelo, a COP-15, em 2009, aprovou a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC), que se baseia em planos setoriais de mitigação, com foco na redução do desmatamento, na agricultura de baixo carbono e em energias renováveis (leia artigo sobre agricultura de baixa emissão de carbono na página 32).

O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) visa promover a adoção de práticas como plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta, recuperação de pastagens degradadas, entre outras. O ABC foi um pontapé inicial, e sua implementação, desde 2012, permite apontar acertos e fragilidades que precisam ser lapidados.

Em 2005, as emissões oriundas do desmatamento representavam 58% do total das emissões nacionais em CO₂ equivalente. Em 2012, este número caiu para 15%. Esta redução, que já ultrapassa 650 milhões de toneladas de CO₂, contribuirá significativamente para o Brasil cumprir seu compromisso voluntário de redução de emissões até 2020.

Em contrapartida, as emissões da energia e da agropecuária, que representavam, respectivamente, 16% e 20% do total de emissões em CO₂ equivalente em 2005, saltaram para 37% cada em 2012.

Em um cenário no qual o Brasil adote metas, essa mudança no perfil das emissões nacionais traz dois sinais relevantes para a formulação das estratégias nacionais:

- A redução do desmatamento não será mais o foco das ações de mitigação; os estoques florestais na forma de redução de emissões por desmatamento e degradação poderão ter algum valor, dependendo das negociações; e
- Eventuais compromissos/metass assumidas no novo acordo exigirão ações em todos os setores, com foco em energia e agropecuária.

Os primeiros movimentos com o propósito de discutir quais ações o Brasil deverá fazer no novo acordo estão em curso. Até no máximo outubro de 2015, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) terá que enviar à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) as con-

tribuições nacionalmente determinadas que o Brasil pretende adotar (INDCs).

Em abril, o MRE publicará o relatório final da consulta pública que começou em 2014. Em paralelo, o Governo terá à mão os resultados do estudo coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) sobre opções de mitigação e do projeto IES Brasil, que conta com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O acordo da COP-21 e as INDCs levadas pelo Brasil exigirão uma densa revisão da PNMC. Como isso será feito é uma ótima pergunta. É possível fortalecer as ações de baixo carbono na agricultura, cumuladas com o aprimoramento da contabilização das emissões e remoções de carbono, o que pode – e deve, a meu ver – fomentar a criação de um Plano ABC Plus.

As INDCs precisam indicar um volume de carbono que futuras ações de mitigação permitirão alcançar. Quando se pensa no setor agrícola, é ra-

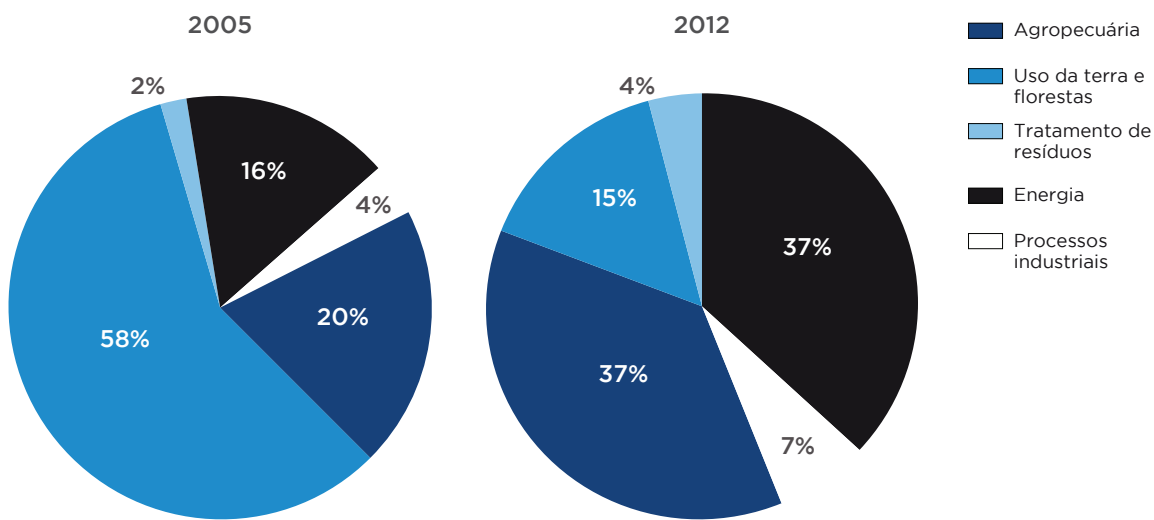
zoável esperar argumentos que defendem o deixar de exportar produtos agropecuários e a mudança radical do modelo agrícola brasileiro.

Afinal, na visão de muita gente, a agricultura é a única culpada pelo desmatamento, o óxido nítrico e o metano da pecuária são nocivos, bem como as emissões do plantio de arroz, milho, soja e outras culturas.

Reduzir o consumo de carne como uma questão de saúde, quando recomendado, é benéfico. Mas, consumir carne ou outras proteínas animais é fundamental para a saúde. Aí, vem a pergunta: existem soluções para reduzir emissões da pecuária, ou a única saída é se tornar vegetariano?

A visão bucólica de que a produção de alimentos orgânicos ou locais e a agricultura familiar são os modelos de desenvolvimento sustentável da agricultura é equivocada. Estas práticas também emitem GEEs e nem sempre chegam

PERFIL DE EMISSÕES DO BRASIL EM CO₂ EQUIVALENTE



Fonte: MCTI

a um balanço positivo de emissões por unidade de produto.

A saída para a agricultura de baixo carbono passa por várias ações: promover ganhos de produtividade; incentivar a intensificação da pecuária; recuperar pastagens e áreas degradadas; liberar terras para outras culturas; incrementar o uso de biocombustíveis e investir na segunda geração de etanol; usar o potencial de geração de energia oriunda da bioeletricidade de cana e outras fontes de biomassa; fomentar a recuperação de florestas nativas com base no Código Florestal; expandir o plantio de florestas comerciais; sem falar em todas as outras ações do Plano ABC.

Nesse cenário, é salutar que as emissões da agricultura aumentem ao longo dos anos, pois isso

comprovará a expansão da produção de alimentos e energias renováveis. O objetivo central é produzir mais emitindo menos.

No plano internacional, as negociações serão intensas. No plano interno, a definição das INDCs exige uma coordenação do setor privado junto ao Governo (MAPA e Embrapa, MCTI, MDIC, MMA, MME e MRE), pois as contribuições que o Brasil enviará pautarão a futura revisão da PNMC e a criação de novas políticas.

É o momento para começar a se desenhar um Plano ABC Plus, robusto, que permita alinhar e coordenar de forma estratégica diversas ações que impulsionem e promovam a agricultura tropical de baixo carbono, que ajudará cada vez mais a alimentar o mundo. ■

